

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS ATIVIDADES ADAPTADAS PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO DECURSO DA DOCÊNCIA

Héllida Alcântara Araújo¹
Edna Câmara Monteiro²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa de campo, do tipo relato de experiência, vivenciada em uma escola privada, na cidade de Campina Grande – PB. Traz o seguinte questionamento de pesquisa: Quais os desafios e as possibilidades vivenciadas no decurso da docência no que se refere a elaboração e realização de atividades adaptadas para alunos com transtorno de espectro autista (TEA)? Como objetivo geral elencamos: Discutir os desafios e as possibilidades vivenciados na prática docente ao aplicar atividades adaptadas com alunos que apresentam espectro autista (TEA) numa turma de 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Buscamos contribuir com as discussões sobre o processo de inclusão escolar de alunos com transtorno de espectro autista (TEA), de forma que estes não só sejam integrados no contexto do ensino regular, mas que acompanhem e aprendam, dentro de seus limites e possibilidades, os conteúdos ministrados em sala de aula. Durante o percurso do trabalho, mostraremos como foi realizado o processo de adaptação/flexibilização dos conteúdos didáticos das áreas de conhecimento pertencentes ao currículo escolar (Língua Portuguesa, História e Geografia). Embora a adaptação de atividades, para esse grupo de alunos, já deva estar inserida no contexto da Educação Inclusiva, previstas na legislação educacional para educação inclusiva no Brasil, discutiremos os desafios que surgem diante do professor, em sua prática pedagógica atual. Evidenciaremos, também, que é possível e recompensador permitir a estes alunos o acesso ao currículo oferecido pela escola, mas com adaptações que contemplem as necessidades desse público para que eles tenham sucesso em sua trajetória escolar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Atividades Adaptadas, Desafios, Possibilidades, Relatos de experiências.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é um direito humano básico e deve estar disponível a todas as pessoas, independentemente de suas características particulares. A educação inclusiva propõe a prática de incluir a todos. Assim sendo, as escolas e suas salas de aulas devem prover espaços

¹ Mestre em Políticas Educacionais pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora da Faculdade Reboças de Campina Grande; Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais, da rede privada de Campina Grande; hellida.alcantara1984@gmail.com.

² Mestre em Educação (UFPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Reboças de Campina Grande, PB; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal e Particular de Ensino de Campina Grande (PB). Membro da Comissão Científica do Conedu 2023; Email: edna_9909@hotmail.com

para atender as necessidades do seu público, afinal “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p 19).

Ainda existem professores que concordam que a presença de alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno comprometerá o cotidiano escolar. É compreensível que se pense assim, afinal são grandes os desafios que surgem na caminhada deste professor: ele precisa dar conta de um número volumoso de conteúdo em um determinado tempo, salas de aula completamente lotadas de alunos, sobretudo com interesses e dificuldades diferentes, onde nem todos aprendem da mesma maneira, outros com comportamentos indisciplinados que comprometem o andamento das atividades pedagógicas, a precariedade na infraestrutura e recursos, professores sem formação adequada, falta de apoio dos demais profissionais que compõem a escola, entre outros desafios que aqui não foram mencionados, mas que fazem parte do cotidiano escolar.

Embora se tenha esse panorama no interior das instituições escolares, é preciso agir com ponderação, ou seja, refletir, ter prudência, bom senso e pensar em uma inclusão que afaste esses pensamentos excludentes, de que a turma precisa ser homogênea e que esses alunos não são capazes de estudar e aprender. Por isso, é importante assumir uma nova postura e entender que é possível o processo de aprendizagem acontecer e que estes alunos podem, sim, interagir, conviver, construir conhecimentos e aprender com os demais.

Atualmente, ouvimos falar bastante sobre as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sua inclusão nos espaços escolares. Com a finalidade de promover um ambiente de inclusão, este trabalho nasceu do interesse de compartilhar e discutir sobre as inquietações vivenciadas enquanto professora de dois alunos autistas de graus distintos. A partir das experiências vividas ao longo do ano de 2021, enquanto professora de turmas de 5^{os} anos das séries iniciais, desafios e possibilidades foram se desdobrando no decorrer da caminhada.

Foi percebido que um dos entraves encontrados pelas pessoas com TEA foram as dificuldades que os professores tinham em incluí-las nas atividades relacionadas as disciplinas do currículo escolar (Português, História, Geografia, Matemática, Ciências, entre outras áreas).

Em virtude desse cenário, a presente pesquisa traz à luz para a discussão o seguinte questionamento: quais os desafios e possibilidades que vão se desdobrando no decurso da docência no que se refere a elaboração e aplicação de atividades adaptadas para alunos com TEA, numa turma de 5^o ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais?

A partir dessa indagação, elencamos o seguinte objetivo geral: Discutir os desafios e as possibilidades vivenciados na prática docente ao aplicar atividades adaptadas com alunos que apresentam espectro autista (TEA).

Com o propósito de promover um espaço de inclusão, existem leis que buscam garantir o acesso de autistas à educação, seja em instituições públicas ou privadas. Uma destas é a Lei Berenice Piana (Lei Federal nº 12.764), publicada em 2012, que deu origem a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com TEA. Dentre os direitos estabelecidos, ela determina que a pessoa com TEA é considerada, para todos os efeitos legais, com deficiência e estipula, portanto, que as pessoas com esse tipo de transtorno tenham o direito à educação.

Neste mesmo sentido, o decreto de nº 7.611/2011, do qual dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, determina que deve ser garantido um sistema educacional inclusivo, sem discriminação e alicerçado na igualdade de oportunidades, não podendo excluir o autista do sistema educacional sob arguição de deficiência. Estabelece, também, prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, assegurando as ‘adaptações razoáveis’ para atender às necessidades individuais desse público com a finalidade de promover a inclusão e oportunizar a aprendizagem.

Para que a aprendizagem ocorra de forma a incluir e respeitar os limites desse aluno, é importante fomentar, conforme determina a lei, o desenvolvimento de recursos didático-pedagógicos que dissolvam os empecilhos no processo de ensino e aprendizagem para este público.

No entanto, é visto que as pessoas com TEA ainda se deparam com obstáculos que impossibilitam o cumprimento desse direito. Dentre eles, destacamos a falta de formação, compreensão e apoio dos educadores, um currículo escolar inflexível, falta de suporte da equipe pedagógica da escola, escassez de materiais pedagógicos nas instituições, entre outros determinantes que interferem de forma direta na adaptação do autista na escola.

Outro impedimento encontrado pelas pessoas com esse transtorno e do qual esse trabalho mostra, são as dificuldades que os professores apresentam em adaptar atividades que possam incluir esse público nas propostas relacionadas as disciplinas do currículo escolar.

Com esse trabalho, portanto, procuramos contribuir com as discussões sobre o processo de inclusão escolar de alunos com TEA, de forma que estes não só sejam integrados no contexto do ensino regular, mas que acompanhem e aprendam, dentro de seus limites e possibilidades, os conteúdos ministrados em sala de aula.

1.1. Metodologia: Um relato de experiência no decurso da docência

A metodologia empregada nesta pesquisa foi apoiada em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, a partir dos decretos e leis que tratam sobre a inclusão dos alunos com

TEA no espaço escolar e das discussões de autores como Veltrone (2007), Mendes (2007), Brande (2012), Zanfelice (2012), Scardua (2008), Suplino (2009), Chaves (2014), Abreu (2014), entre outros.

A pesquisa aconteceu mediante a própria prática da professora, vivenciada no espaço escolar. Ocorreu através de um estudo de caso desenvolvido em uma sala de 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em uma escola privada, na cidade de Campina Grande, Paraíba.

2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA: DA DISCUSSÃO TEÓRICA AO RELATO DE EXPERIÊNCIAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) afeta o desenvolvimento do cérebro.

É um transtorno neurológico caracterizado por um conjunto de alterações do comportamento social, comunicação e linguagem que variam em grau e gravidade. Na maioria dos casos, os transtornos se manifestam nos primeiros 5 anos de vida e persistem na adolescência e idade adulta. O autismo afeta o processamento de informações, alterando a forma como as células nervosas e suas sinapses se conectam e se organizam. Embora algumas pessoas com TEA possam viver de forma independente, nos casos mais severos, elas precisam de atenção e apoio constante ao longo de suas vidas. (ABRACI, 2023)

As causas do TEA ainda se mantêm desconhecidas. Estudos mostram que não existe uma razão única, mas a relação entre condições genéticas e ambientais. São considerados autistas as pessoas que apresentam as seguintes características, sejam elas em conjunto ou de forma isolada: dificuldades na comunicação e interação social, manifestações comportamentais repetitivas, barulhentas e estereotipadas, uma seleção limitada de interesses e atividades, comportamentos compulsivos, por serem apegados a rituais e rotinas, são resistentes as mudanças, apresentam fixação extrema em alguns comportamentos, os gestos e as expressões faciais são restritas, isolamento mental, a linguagem é utilizada de forma incomum e, em alguns casos, agressividade e desequilíbrios sensoriais.

De acordo com Veltrone; Mendes (2007), as instituições escolares devem perceber e atender as variadas dificuldades que seus alunos apresentam, respeitando as suas particularidades no que diz respeito as formas de aprender.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e

reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p.2)

Com o fim de proporcionar uma educação de qualidade para esse público, é importante que o currículo escolar seja trabalhado de forma inclusiva e adequada. No entanto, essa inclusão demandará da escola reestruturar as propostas e os professores aprimorarem as suas ações pedagógicas de acordo com a diversidade de alunos existentes em sua sala.

No momento em que há a inclusão desse público, percebemos que essas pessoas não permanecem mais sozinhas e isoladas, pois passam a conviver com outras, possuindo as mesmas oportunidades que as demais.

Não podemos negar que é um desafio para a escola acolher alunos com transtornos relacionados ao desenvolvimento, como é o caso do TEA, visto que presume readequar os espaços ambientais, curriculares e metodológicos. (BRANDE; ZANFELICE, 2012).

Em minha experiência enquanto professora, pude perceber o quanto é desafiador realizar essas adequações dentro do contexto escolar. Os espaços físicos ainda deixam a desejar, uma vez que não há uma luminosidade adequada e a falta de conforto acústico é evidente, principalmente na sala de aula, acarretando em um grande incômodo, principalmente, para os que possuem hipersensibilidade a um ambiente com grande estímulo sonoro. Por isso é importante e é possível o reajustamento dos espaços físicos para que essas pessoas tenham o conforto que necessitam para interagir de forma mais profunda com o ambiente.

No que se refere as adequações curriculares e metodológicas, foco do nosso trabalho, não posso negar que no início do ano foi um impacto receber os dois alunos com TEA com as demandas específicas que cada um deles traziam consigo. Ainda que eu já tivesse estudado um pouco sobre pessoas com esse tipo de transtorno e compreendido que é necessário acolhê-las e incluí-las no processo educativo, na prática, percebi que não era tão simples assim, visto que eu não estava preparada, pois na teoria tudo se torna mais fácil.

Tive que conhecê-los com mais profundidade, inteirar-me das suas capacidades, potencialidades e necessidades específicas, entender em que nível de aprendizagem cada um se encontrava, o que os agradava e o que era de seu interesse para poder pensar em propostas curriculares que o atendessem.

Como professora das disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia e Arte das turmas dos 5º anos, resolvi oportunizar a estes dois alunos estudarem os mesmos conteúdos que os demais estavam aprendendo.

Na aula de Língua Portuguesa, por exemplo, quando era trabalhada propostas envolvendo produção textual com toda a turma, as duas crianças com TEA também tinham oportunidades de ter contato com esse tipo de atividade, óbvio que dentro dos seus limites e possibilidades. A atividade era adaptada, com imagens, enunciados curtos e menos exigências no que diz respeito aos elementos que compõem a produção de um texto. É oportuno destacar que esse tipo de atividade adaptada tinha como base propulsora o interesse e o nível de aprendizagem de cada uma dessas crianças.

Não era diferente com as demais disciplinas. A título de exemplo, em geografia, ao trabalharmos com a turma o conteúdo ‘‘Divisão Política do Brasil’’, era oportunizado às crianças atípicas o acesso a esse tipo de conhecimento, com atividades adaptadas, respeitando o nível de compreensão que cada uma tinha e conseguia alcançar.

Da mesma maneira aconteceu com a disciplina de História. Dentre os vários conteúdos estudados por nós e que eles puderam ter acesso em sala de aula, destacamos aqui o assunto: ‘‘Patrimônio Cultural do Brasil’’. Nossos alunos com TEA também tiveram oportunidades de conhecer algumas dessas heranças brasileiras por meio de atividades diferenciadas e lúdicas que abrangiam o assunto estudado (jogos da memória, quebra-cabeça, jogos online e pinturas).

Essas readaptações não foram diferentes com a disciplina de Arte. Quando a proposta envolvia pintura, desenho, teatro ou dança, os dois alunos em questão sempre se envolviam, pois, as propostas eram pensadas e realizadas conforme as necessidades específicas de cada um.

Adaptar as atividades demandava de mim, professora, um tempo a mais, afinal era necessário planejar, à parte, propostas específicas para esses alunos. Era reservado um tempo de estudo e pesquisas que conduziam a efetivação de proposituras adequadas sobre o conteúdo que deveria ser estudado, mas sempre buscando está alicerçado a partir do nível de aprendizagem de cada um.

Outro aspecto a ser elucidado é sobre um outro direito conquistado através da Lei Berenice Piana (nº 12.764/12). O aluno com TEA que demonstrar comprovada necessidade, dentre elas dificuldades acentuadas de convívio social, comportamental ou de aprendizagem e estiver matriculada em escola regular (pública ou privada), está no direito de possuir um acompanhante especializado em sala de aula, na qual chamamos de A.T.

As atribuições da A.T., na escola regular, é administrar e intervir nas necessidades de sua criança dentro do espaço escolar, auxiliando-a em todo o processo educativo. Nesse caso, os nossos dois alunos com TEA tinham a presença dessas profissionais que os acompanhavam durante as tarefas escolares desenvolvendo diversas atividades criadas pela escola e por elas mesmas.

Ainda que em sala de aula tivesse a presença das especialistas com essas crianças, acredito que é fundamental evidenciar o papel do professor. Enquanto professora desses dois alunos, percebi a relevância de estar próxima deles. Sabendo dessa importância, era reservado um tempo da aula para sentar junto com eles e desenvolver as atividades adaptadas, elaboradas com antecedência durante o planejamento. Nesse momento, eu deixava as demais crianças realizando uma determinada proposta enquanto os atendia individualmente. Durante esse momento, havia crianças disponíveis e solícitas para ajudar, desejando participar das mediações junto às crianças com TEA. Nesse processo, a beleza e a possibilidade da inclusão beneficiava a todos (professores e alunos com ou sem transtorno).

É inegável que havia dias tranquilos e outros mais agitados, dado que em uma sala de aula há várias situações, dentre elas a aceitação das duas crianças com TEA diante das propostas ofertadas, a colaboração dos demais alunos que compunham a turma e o tempo em cumprir com o programa de conteúdos estabelecidos pelo currículo escolar. É exigido de nós, nesse momento, criatividade, paciência, diligência e a capacidade de conduzir diversas situações que surgem no cotidiano de sala de aula.

Mesmo diante do contexto tão diversificado, com inúmeras situações ocorrendo na mesma hora durante a aula, é possível adaptar atividades para esse universo de alunos e permitir sua inclusão nas propostas curriculares que cada disciplina dispõe.

Porém, para que a inclusão escolar aconteça é fundamental que todos que fazem parte da comunidade escolar (alunos, professores, pais, equipe diretiva e pedagógica) se comprometam em colaborar (SCARDUA, 2008).

Conforme Suplino (2009), é fundamental, também, assegurar as crianças uma permanência na escola, cujo trabalho seja com qualidade. Firmar o olhar nas aptidões, capacidades, talentos e habilidades que cada um desses sujeitos tenha é uma boa estratégia. “Portanto, ao eleger-se os objetivos funcionais para ensinar, é necessário ter em mente aquilo que a pessoa portadora de deficiência necessita aprender para ser exitosa e aceitável em seu meio” (SUPLINO, 2005, p. 34).

Além disso, é importante que o professor construa uma relação de confiança, respeito e segurança com esses alunos para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, expressiva e vultosa.

No entanto, para que o ensino de qualidade aconteça, “é necessário um currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos, dentre outros” (MENDES, 2002 apud BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44).

A proposta curricular da escola deve ser pensada além dos conteúdos, pois, embora sejam importantes, não pode ser mais do que todo o processo educativo. Por isso que é essencial o educador reconhecer a real necessidade dos alunos autistas e como o currículo escolar poderá auxiliá-lo em seu desenvolvimento cognitivo. (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Acreditamos que as atividades para os alunos com TEA precisam ser adaptadas, ou seja, readequadas. Mas por onde começar a organizar a prática docente? A adaptação de atividades dará início a partir do reconhecimento do professor com o seu aluno. É preciso, primeiramente, que o professor compreenda o que é o transtorno do espectro autista e inicie seu trabalho conhecendo seu estudante, para que consiga guiar o seu olhar e estabelecer um planejamento assertivo.

Dentro do transtorno do espectro autista, conhecê-lo e buscar meios de comunicação é a chave do trabalho do professor. Durante esse processo de reconhecimento, é interessante que os professores conversem com profissionais especialistas na área, caso tenha na escola, para que estes profissionais possam atuar de forma colaborativa com os professores, orientando-os quais recursos utilizar e como realizar a mediação mais apropriada na condução com esses alunos.

Devido as características do autismo, o professor precisa observar as questões referentes as especificidades de seu aluno. Ou seja, como esse aluno está administrando seu autocontrole? A sua autonomia? Como ele encara a ideia de ter que ficar por um longo tempo dentro da sala de aula? Quais comportamentos envolvem esse aluno? Consegue fazer atividade sozinho? Pegar e utilizar seu material com independência? Ele entende onde está e o que precisa fazer naquele espaço? Esse aluno fala ou não? Compreende o professor quando fala, entende e atende aos seus comandos quando este lhe pede alguma coisa? Como se sente no ambiente com barulho? Como se comporta em espaços com muitos estímulos? Permanece sentado por muito tempo?

Não só esses aspectos, mas também é preciso que o professor observe se os materiais escolares são ou não adequados para este público. O aluno aceita o uso de caderno? Concorde em segurar o lápis? Usa tesoura? Aceita fazer colagem? Gosta ou tem aversão a massinha e tinta? Tem interesse em pintura? Esses materiais mais tradicionais oferecem oportunidades desse aluno ter experiências com recursos que fazem parte do cotidiano da sala de aula regular?

Constata-se que essas e outras questões impactam bastante em alunos com TEA, principalmente aqueles que não tem linguagem verbal para se expressar. Todas essas indagações o professor precisa fazer no ato do seu planejamento, pois interfere bastante no ato de ensinar. Caso o professor não leve em consideração essa demanda, isso comprometerá a

aprendizagem do aluno com TEA. Por isso, é preciso conhecer o aluno aos poucos, pelo motivo de que quanto mais conhecê-lo, mais qualificadas serão as suas atividades adaptadas e as suas estratégias.

O professor precisa pensar no contexto do aluno e em todas as questões que falamos acima, sondar o que é de seu interesse, o que lhe agrada ou não e o que ele já sabe, para poder pensar e apresentar atividades coerentes e funcionais. À medida que for necessário e de acordo com o interesse do aluno, o professor vai alinhando suas estratégias para ir adaptando conforme as necessidades. Por isso é importante conhecer as habilidades que este aluno já adquiriu e o que tem facilidade e interesse de fazer.

Então, já que estamos falando de adaptação, é importante compreender o que é essa adaptação curricular. É selecionar os conteúdos mais relevantes para o nosso aluno, de acordo com a necessidade dele, para trabalhar durante o ano letivo em uma determinada disciplina. Pode acontecer que determinado aluno com TEA precise de uma adaptação curricular para os conteúdos de Língua Portuguesa, por exemplo, mas talvez para Matemática não necessite. Tudo vai depender da demanda específica de cada um.

É obrigatório fazer adaptação curricular para alunos com TEA? Desde 1996, na Lei N° 9.394, o artigo 59 aponta que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas e recursos educativos de organização específicos, para atender às suas necessidades. É dever dos estabelecimentos de ensino que os alunos, portanto, com TEA tenham um currículo específico e que atenda aos seus interesses.

O professor é o mais indicado para fazer essa adaptação curricular, pois ele tem o conhecimento especializado na área que leciona, ou seja, naquele componente curricular. Mas não impede de outros profissionais da escola colaborarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossos estudos, reconhecemos o quanto é recompensador permitir aos alunos com TEA o acesso ao currículo oferecido pela escola. Concluímos que as adaptações, quando contemplam as necessidades desse público, oportunizam os alunos com TEA a ter grandes chances de sucesso em sua trajetória escolar.

O professor precisa enxergar as necessidades de cada um, focando em suas potencialidades e não nas dificuldades. Embora a adaptação de atividades para esse grupo de alunos já deva estar inserida no contexto da Educação Inclusiva, previstas na legislação

educacional para educação inclusiva no Brasil, compreendemos que são muitos os desafios que surgem diante do professor, em sua prática pedagógica atual, e que acabam impedindo que os alunos tenham acesso as propostas dos componentes curriculares.

No entanto, entendemos que é essencial a colaboração por parte de todos que compõem a comunidade escolar e que é preciso a escola ter condições adequadas para atender e garantir a permanência destes alunos nos espaços escolares.

Para esse propósito, é importante os educadores desenvolverem em seu trabalho a criação de vínculos interpessoais com alunos com TEA. É primordial que tenham acesso a formação na perspectiva da educação inclusiva e nas estratégias de como adaptar atividades para esse público, pois ainda presenciamos muitos destes profissionais com dificuldades em trabalhar com esse público.

REFERÊNCIAS

ABRACI – Associação Brasileira de Autismo Comportamento e Intervenção. **Autismo**. Disponível em: <https://abracidf.com/index.php/autismo/o-que-e/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/25>. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação especial, o Atendimento Educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_11_2014_00_14_48_idinscrito_1032_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SCARDUA, Valéria Mota. **A inclusão escolar e o ensino regular**. Revista FACEVV, n. 1, p. 85-90, 2008. Disponível em:

<http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>. Acessado em: 05 set. 2023.

SUPLINO, Maryse. Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11). Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aia.org.pt%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1330%26Itemid%3D192&ei=nMYeVcCSMYOfsAXprYCYDw&usg=AFQjCNEudmM3owt-k1m1Uvx12SirvXN0KQ&sig2=XIL1qenyE1Pm2Xm3LZHEIg. Acesso em: 04 set. 2023.

SUPLINO, Maryse. **Inclusão escolar de alunos com autismo**. 2009. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?q=inclus%C3%A3o+escolar+de+alunos+com+autismo+-+Suplino&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1. Acesso em: 05 set. 2023

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão**. In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/portal#!/prograd/e-livros-prograd/>. Acesso em: 06 set. 2023.